

ENSINO DE HISTÓRIA: OS DRAMAS E AS TRAMAS DO ENSINO TRADICIONAL AO INSTIGADOR

HISTORY TEACHING: THE DRAMES AND TRADES OF TRADITIONAL EDUCATION TO THE INSTIGATOR

Igor Gonzaga Lopes ¹
Jéssica Abadia Ferreira ²

Resumo: O presente artigo tenciona-se em apresentar uma discussão a respeito do ensino de História, por meio da realização de pesquisa bibliográfica, havendo sido utilizado a aplicação de questionários a docentes e discentes do terceiro ano do Ensino Médio de uma Instituição Educacional localizada na cidade de Pires do Rio (GO), compreendendo o período de 2012 a 2014. A pesquisa oferece possibilidades de lançar um olhar diferenciado sobre o ensino de História e o que ele tem possibilitado aos docentes e discentes quanto a metodologias, a criação de uma visão de mundo, a valorização da cultura, dentre outras questões. Além disso, esse trabalho propôs analisar como é possível produzir aulas mais dinâmicas e participativas, que promovam a formação de um discente crítico em relação ao meio e ao lugar em que vive. Destarte, buscar-se-á responder com essa pesquisa a seguinte problemática: Como ocorre o processo ensino e aprendizagem em relação à disciplina História a partir da perspectiva de docentes e discentes do ensino médio na cidade de Pires do Rio/Goiás?

Palavras-chave: Ensino; História; Metodologias.

Abstract: The present article is intended to present a discussion about the History teaching, by means of the bibliographic research achievement, using the quiz application to teachers and students of third year of High School from an Educational Institution located in Pires do Rio (GO) city, between 2012 and 2014. The research offers possibilities to launch a different look about the History teaching and what it have been made possible to teachers and students referring to methodology, the creation of a world vision, the culture evaluation, among other things. Besides that, this work proposed to analyses how possible is to produce more dynamic and participatory classes, that promotes the critic teacher formation about the place where lives. Therefore, the research's goal is to answer this question: How occurs the teaching and learning process in relation to the History discipline, from the high school teachers and students from Pires do Rio/ Goiás city perspective?

Keywords: History; Methodology; Teaching.

¹ Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Brasil.

² Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão, Brasil.

1 – INTRODUÇÃO

A disciplina de História, apesar das grandes contribuições e da importância que possui para a escola e a sociedade, tem por objetivo, segundo os PCNs (1997) construir cidadãos críticos capaz de desenvolver a cidadania, questionar a realidade, formulando problemas e resolvê-los.

Nesse sentido, a disciplina nem sempre é alvo do gosto dos discentes, isso porque, em geral, é marcada por métodos tradicionais, como: o uso do quadro negro, giz, leituras extensas e até mesmo alguns docentes que ainda utilizam o método da “decoreba”. Diante disso, percebe-se que essa forma de trabalhar não instiga a participação do discente, não os envolvem na produção de conhecimentos e não permitem que os mesmos reflitam as problemáticas do lugar em que vivem de forma crítica. No trajeto escolar alguns professores não se limitavam ao quadro negro e giz, mas utilizava de outros recursos didáticos, sendo eles: o teatro, músicas, imagens, fazendo com que os discentes fizessem uma viagem no tempo, envolvendo e instigando a participação nas aulas, deixando de lado a obrigação de decorar datas, e assim abordando a História a partir de temas diversificados e de questões críticas.

A presente pesquisa tem como objetivo geral analisar como tem sido desenvolvido o ensino de História em uma Instituição localizada na cidade de Pires do Rio a partir da visão de docentes e discentes. Traz ainda como objetivos específicos: Discutir a trajetória da disciplina História no Brasil; Perceber a visão dos discentes em relação a disciplina

História e analisar a visão de docentes acerca de como deve ser trabalhada esta disciplina, visando obter melhores resultados em relação ao processo ensino e aprendizagem.

Vale ressaltar que utilizaremos a fonte escrita, através da aplicação de questionários a discentes e docentes de História, abordando o período de 2012 a 2014. Esse período foi escolhido pelo fato da pesquisa utilizar como fonte os questionários respondidos por discentes do ensino médio, portanto, os que ingressaram no primeiro ano do Ensino Médio em 2012, no ano de 2014 estarão no terceiro ano e participarão da pesquisa tendo, portanto, vivenciado as aulas de História desde o primeiro ano até o terceiro ano do ensino médio.

Com isso, pode-se enfatizar que o ensino de História muitas vezes restringe a conteúdos que estão direcionados aos fatos históricos, os quais exigem muita leitura, por isso acabam afastando o discente das aulas e gerando um olhar de descontentamento por essa disciplina, trazendo assim a necessidade de que os docentes busquem outros recursos metodológicos, que instiguem a leitura, o entendimento e o envolvimento na aprendizagem dos conteúdos contidos nessa disciplina. Mendes apud Nadai (1993, p.41) discutindo o ensino de História relata que:

“Nossos adolescentes também detestam a História. Votam-lhe ódio entranhado e dela se vingam sempre que podem, ou decorando o mínimo de conhecimentos que o “ponto” exige ou se valendo levemente da ‘cola’ para passar nos exames. Demos ampla absolvição a

juventude. A história como lhes é ensinada é, realmente, odiosa. “

Isto quer dizer que se ensina de uma maneira tradicional, sem ludicidade, sem envolver o discente na produção do conhecimento e sem fazer ligação dos conteúdos com seu momento histórico, com o seu cotidiano, a tendência é que ele use a decoreba apenas para ter notas nas avaliações e que ao passar do tempo não se lembre de nada que foi dito pelo docente, ou seja, que não haja uma aprendizagem efetiva.

Discutindo a questão do uso do questionário enquanto fonte para a pesquisa histórica Marconi e Lakatos (1999, p. 100) enfatizam que é “instrumento de coleta de dados constituído por uma série de perguntas, que devem ser respondidas por escrito”, ou seja, aquele que responde tem o poder de proporcionar informações e sugestões sobre o tema da pesquisa. No entanto, é permitido que o pesquisador reveja o ensino que está sendo estabelecido atualmente na disciplina de História, buscando novas perspectivas e melhorias, que auxiliem na formação de um cidadão mais crítico e atuante na sociedade onde vive.

2 – O PERCURSO HISTÓRICO DO ENSINO DE HISTÓRIA

A disciplina História existe no Brasil desde a constituição do Estado brasileiro, sendo que em 1827, o

Decreto das Escolas de Primeiras Letras³ trazia a primeira lei sobre a instrução nacional que seria desenvolvida no Império, estabelecendo que as funções dos docentes seria ensinar a ler, escrever, o desenvolvimento das quatro operações aritméticas, a gramática da língua nacional, princípios da moral cristã, a doutrina católica e os aspectos históricos que envolviam a Constituição do Império e a História brasileira. De acordo com os PCNs (1997, p.19):

“O texto do decreto releva que a escola elementar se destinava a fornecer conhecimentos políticos rudimentares e uma formação moral cristã à população. A História a ser ensinada compreendia História Civil articulada à História Sagrada; enquanto está utilizava-se do conhecimento histórico como catequese, um instrumento de aprender a moral cristã, aquela o utiliza para pretextos cívicos. “

Não havia, porém, uma distinção entre as ideias morais e religiosas dos ensinamentos que envolviam a história política dos Estados, nem o costume da população e durante o período imperial foi o ensino religioso, que prevaleceu no currículo das Escolas de Primeiras Letras, assim como nas de nível secundário, já que a maior intenção era que se legitimasse a aliança que havia entre Estado e Igreja e que buscava o domínio do país, em seus setores: social e político.

³ Maiores informações ler: GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. Educação, poder e sociedade no império brasileiro. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

É preciso considerar que a História nesse período era apenas uma disciplina optativa no currículo dos programas das escolas elementares, ou seja, não era obrigatório seu ensino. Somente em 1837 que a História veio a se tornar uma disciplina escolar autônoma, como afirma os PCNs (1997), tendo isto ocorrido após a criação do Colégio Pedro II – primeiro colégio secundário do país, que se dizia público. Porém, era pago e destinado às elites.

Em 1855, foi introduzido no ensino secundário a História do Brasil e com isso também ocorreu o desenvolvimento de programas para as escolas elementares, mas de acordo com os PCNs (1997, p.19) “ao lado da História Nacional, a História Sagrada também apareceu como matéria constitutiva do programa das escolas elementares, como conteúdo integrante da educação moral e religiosa”.

Em torno de 1870, o país era marcado pelo embate entre os setores mais conversadores e que defendiam o ensino moralizante que era proposto pela Igreja Católica. Aqueles que buscavam uma concepção mais cientificista e com isso ocorreu a ampliação dos programas curriculares das escolas, como a incorporação de novas disciplinas de ciências físicas, de História Natural, assim como novas metodologias para as aulas.

No final de 1870, novas reformulações curriculares ocorreram nas escolas primárias, e o objetivo desta atitude era a de incorporar a História Profana de forma mais extensa e acabar com a História Sagrada, o que de acordo com os PCNs (1997, p.20) “traduzia a atmosfera das discussões

sobre o fim da escravidão, a transformação do regime político do Império para a República e a retomada dos debates sobre o ensino laico, visando dessa vez a separação entre o Estado e a Igreja Católica”, ampliando assim o ensino para outros segmentos sociais. Nesse contexto, Nadai (1993, p.45) destaca que:

“No Brasil, a constituição da História como matéria de pleno direito ocorreu no interior dos mesmos movimentos de organização do discurso laicizado sobre a história universal, discurso no qual a organização escolar foi um espaço importante das disputas então travadas entre o poder religioso e o avanço do poder laico, civil.”

Fica evidente a separação que existia entre a História Profana e a História Sagrada e como a mesma atingiu também o ensino, além disso, não se pode esquecer que era um período em que as escolas elementares ainda eram bastante precárias, com propostas de ensino que deixavam muito a desejar. Como a História Civil nacional ainda era facultativa, a História Sagrada continuava a predominar sobre a mesma, limitando as possibilidades que essa disciplina poderia trazer a educação do discente. De acordo com os PCNs (1997, p.20):

“Os programas de História do Brasil seguiam o modelo consagrado pela História Sagrada, substituindo as narrativas morais sobre a vida dos santos por ações históricas realizadas pelos heróis considerados construtores da nação, especialmente governantes e

clérigos. A ordem dos acontecimentos era articulada pela sucessão de reis e pelas lutas contra os invasores estrangeiros, de tal foram que a história culminava com os grandes eventos da Independência e da Constituição do Estado Nacional, responsáveis pela condução do Brasil ao destino de ser uma grande nação. ”

Esse modelo de ensino tinha como metodologias principais o uso da memorização e da repetição oral dos textos escritos. Em relação aos materiais didáticos, os mesmos eram bastante escassos e em muitas escolas havia apenas a fala do docente e alguns poucos livros didáticos compostos de perguntas e respostas, de forma que facilitassem os processos avaliativos. Ensinar História, nesse período era simplesmente repassar conhecimentos socialmente construídos, com um ponto de vista já pronto que obedecia ao programa oficial e aprender a disciplina, era simplesmente repetir aquilo que as lições e os docentes diziam.

No final do século XIX, tem-se a abolição da escravidão, a implementação da República e com isto as ideais de nacionalismo começam a se espalhar, assim como o país acaba marcado por novas relações de trabalho e pelo amplo processo de imigração que trouxe intensos desafios políticos. De acordo Souza (1998, p.241), se o país passava por intensas mudanças, era necessário que o ensino e o tipo de homem por ele formado também se modificassem. Sendo assim, o autor considera que:

“A escola primária Republicana instalou ritos, espetáculos e celebrações. Em nenhuma outra época, a escola primária, no Brasil, mostrara-se tão francamente como expressão de um regime político. De fato, ela passou a celebrar a liturgia política da República; além de divulgar a ação republicana, corporificou os símbolos, os valores, e a pedagogia moral e cívica que lhe era própria. “

Havia, dessa maneira, a necessidade da formação de um cidadão diferenciado, mais atuante na sociedade, e por isso, buscava-se a formação integral da população, tanto no que se refere aos aspectos morais, quanto intelectuais, trazendo à tona uma necessidade de um projeto civilizador, o qual a educação popular passou a ganhar um status diferenciado, principalmente vista como uma necessidade política e social.

Os debates que envolviam o currículo continuaram, e novos conteúdos foram sendo assimilados à disciplina História, o que foi uma vitória importante para a futura caracterização desta disciplina. No entanto, produziam uma dualidade entre os defensores da disciplina, pois havia aqueles que queriam que a mesma se baseasse em conhecimentos mais científicos, mais técnicos e práticos, levando assim ao projeto de modernização.

No caso da História, ela passou a ter duplo papel no currículo, pois tanto servia ao processo civilizatório e patriótico (o qual juntamente com a Geografia e o ensino da Língua Pátria, formaram o que ficou conhecido como “tripé da nacionalidade), como buscava-se na escola elementar a

modelagem de um novo tipo de homem e de trabalhador: o cidadão patriótico.

Aos poucos as mudanças foram aparecendo, até que a História da Civilização veio a substituir a História Universal, afastando definitivamente o laico e o sagrado na História, fazendo com que as pessoas deixassem de dar explicações religiosas para os fatos, para ligá-los diretamente ao processo civilizatório, tornando o Estado um agente histórico importante, que conduzia a sociedade e a levava ao estágio de civilização. Nesse contexto, a moral religiosa deixa de existir e dá espaço para o civismo e com isso conteúdos patrióticos eram intensamente trabalhados em sala de aula, assim como surgiram festas em comemoração aos símbolos da Pátria que passaram a fazer parte do cotidiano escolar.

Em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e com ele iniciada a Reforma Francisco Campos⁴, que garantiu o fortalecimento do poder central do Estado sobre o ensino. Nesse período, os PCNs (1997) deixam claro que o ensino da disciplina de História era igual em todo o país, com ênfase a História Geral, tratando o Brasil e a América como apêndices da civilização ocidental. Porém, também foi um período marcado pelas propostas do movimento escolanovista⁵, que baseados na pedagogia norte-americana propunham a inserção dos Estudos Sociais no

currículo escolar, substituindo assim a História e Geografia do ensino elementar.

Foi assim, um período que buscava mudanças nas metodologias utilizadas em sala de aula, pois por muito tempo as aulas continuavam centralizadas no livro didático e não abriam oportunidades para outras fontes de conhecimento e a Escola Nova buscava aulas mais dinâmicas e envolventes, que trouxessem o discente para o centro do processo de ensino e aprendizagem, criando conhecimentos mais concretos, trazendo novas perspectivas a partir do uso de maquetes, filmes, entre outras questões. Porém, de acordo com os PCNs (1997) as aulas continuavam com a predominância da memorização e das festividades cívicas que continuavam a fazer parte do cotidiano escolar. Sobre este período os PCNs (1997, p.22) trazem:

“A prática recorrente das salas de aula continuou sendo a de recitar as “lições de cor”, com datas e nomes dos personagens considerados mais significativos da História. O aumento da importância dos exames finais de admissão ao ginásio ou ao ensino superior acabava por consagrar, conjuntamente com a produção didática, uma seleção tradicional dos conteúdos que eram vistos como a garantia de um bom desempenho dos alunos nesses exames.”

⁴ Ler: SAVIANI, D. História das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas: Autores Associados, 2007.

⁵ VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta, Figueiredo, Luciano e GREIVAS, Cynthia (orgs). 500 Anos de Educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 3. ed, 2003.

Foi assim que do período em que ocorreu a Segunda Guerra Mundial⁶ até o final da década de 1970 que o ensino de História fica marcado pela luta por especificidade e os Estudos Sociais avançam sobre o currículo escolar. A década de 1970 seria marcada, porém, pela luta de historiadores e geógrafos pela volta das duas disciplinas a sala de aula, extinguindo do currículo escolar e também dos cursos de formação os Estudos Sociais e com a democratização do país que ocorreu na década seguinte – 1980 – houve um intenso questionamento sobre os conhecimentos escolares e novas reformas sobre o currículo se iniciaram. Segundo os PCNs (1997, p.24):

“Nesse contexto iniciaram-se as discussões sobre o retorno da História e da Geografia ao currículo escolar a partir das séries iniciais de escolarização. Reforçaram-se os diálogos entre pesquisadores e docentes do ensino médio, ao mesmo tempo em que se assistia a uma expansão dos cursos de pós-graduação em História, com presença significativa de professores de primeiro e segundo graus, cuja produção foi absorvida parcialmente pela expansão editorial na área do ensino de História e da historiografia. “

Novos debates e novas problemáticas surgiram, a História conhecida como “tradicional” passou a ser contestada. Aliados aos mesmos ocorreram novos estudos na área pedagógica, baseando-se na psicologia cognitiva e social e em consequência novos estudos sobre o processo de ensino

e aprendizagem, onde de acordo com os PCNs (1997) o ensino de História tinha como objetivo a valorização das atitudes do sujeito, considerando-o também como autor da História.

Houve a ampliação dos currículos e os conteúdos foram reavaliados de acordo com sua importância para a formação de um cidadão crítico e participativo na sociedade, assim como os docentes passaram a produzir uma espécie de reducionismo nos conteúdos, pois sabia que era impossível ensinar tudo sobre todos os assuntos.

3 – O QUE É ENSINAR HISTÓRIA?

Primeiramente é preciso considerar que o ensino de História se baseia em conteúdos de fatos históricos que necessitam de leitura e por isso acabam afastando o discente das aulas e gerando um não gosto por essa disciplina, trazendo a necessidade de que os docentes busquem outros recursos metodológicos, que instiguem a leitura, o entendimento e o envolvimento na aprendizagem dos conteúdos.

Para Mendes apud Nadai (1993,p. 41), apesar de proferida há quase 80 anos(oitenta anos) ainda é muito atual, pois os discentes apresentam dificuldade em aprender História, porque, em geral, não gostam da forma como ela lhes é ensinada e isso acontece porque o modelo educativo tem se esgotado, e a decoreba já não é bem vista pelos

⁶HOBSBAWM, ERIC J. A era das revoluções: Europa 1789-1848. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

discentes, que são mais críticos e querem ser mais atuantes no ensino, porque as ideias prontas e acabadas não são bem vistas pelos mesmos e busca-se a superação da teoria, para um ensino que também baseie-se na prática, que traga possibilidades de que o discente saia da sala de aula e possa adquirir conhecimentos e compreender teorias no seu cotidiano, na sua vida prática.

Caldeira e Cavalcanti (2013, p.03) lembram que há décadas, o ensino baseava-se apenas na exposição de conteúdos em que o discente devia apenas decorá-los, atualmente as perspectivas sobre esse ensino são bem diferenciadas e considera que:

“Na década de 1990 com ênfase nas políticas neoliberais surge uma nova concepção de ensino voltada para o mercado. Nesse contexto, os PCNs nascem como reflexo aos novos anseios das políticas e de debates acadêmicos. Objetivam formar o aluno em cidadão, orientado de forma que possua uma consciência de que é sujeito ativo na história e por isso mesmo deve apresentar posições críticas frentes aos problemas e fatos sociais, ciente de sua identidade a partir do conhecimento de sua referência de modo que, dessa forma, valorize seu cotidiano social e lute por melhores condições de vida pertencentes ao seu contexto respeitando a diversidade cultura.”

Isto quer dizer que os docentes precisam buscar novos métodos de ensinar, envolver o discente nos conhecimentos, instigá-los a pesquisar e buscar novos conhecimentos, fontes e não se limitarem ao que é dito em

sala de aula. Nesse sentido Veiga (1996, p.102) ressalta “aí a importância do professor na prática diária de sala de aula”, que cabe a ele tornar o conteúdo do livro didático parte da realidade vivida desta forma enriquecendo o conteúdo e facilitando a percepção do discente.

Para Fonseca (2003) a História do ensino da disciplina no Brasil não parece interessar de forma especial aos docentes, e poucos são os historiadores da educação que a ela se dedicam, neste sentido percebe-se que privilegiam as práticas de ensino, avaliações e materiais didáticos, nos quais o ensino de História passa a ser pouco explorado em sua dimensão histórica. Fonseca (2003, p.15) ao discutir o ensino de História lembra que:

“Nas últimas décadas do século XX a produção historiográfica e educacional acadêmica aumentou sua presença na indústria cultural. Assim além do Estado, do mercado ditatorial, a mídia também fez presente na discussão sobre o que ensinar em história [...]. Assim discutir o ensino de História de hoje, e pensar fontes e formas de educar cidadãos, numa sociedade complexa marcada por diferenças e desigualdades.”

Na relação ensino e aprendizagem referente a disciplina História é importante, de acordo com a autora Schmidt (1999) que esteja presente a construção de um conjunto de ferramentas que possam ajudar os discentes a fazerem uma análise mais profunda da realidade social.

Schmidt (1999 p.149) cita que a construção de conceitos históricos deva fazer parte do processo ensino e

aprendizagem de História, e é preciso ter cuidado para não transformar este objetivo “no uso abusivo de termos técnicos ou na imposição de definições abstratas e memorizações formais de palavras e do seu significado”. Aprender conceitos não significa acumular definições ou conhecimentos formais, mas construir uma grade que auxilie o discente na sua interpretação e explicação da realidade social, facilitando a leitura do mundo em que vive.

É com essas discussões que propomos uma análise sobre o ensino de História praticado em uma Instituição Educacional sediada na cidade de Pires do Rio (GO), visando discutir o que poderá ser feito para melhorar o ensino aprendizagem, e que forma os docentes têm trabalhado os conteúdos da disciplina História, como ela é vista pelos discentes, as dificuldades encontradas e quais são os recursos que podem tornar essa disciplina mais prazerosa, aumentando cada vez mais o interesse por ela.

4 – O ENSINO DE HISTÓRIA SEGUNDO DISCENTES E A DOCENTE REGENTE

O questionário⁷, foi elaborado com perguntas relacionadas ao modo de como a disciplina de História tem sido ministrada para os discentes; à forma de abordagem dos conteúdos usada pela docente; à maneira como os discentes

compreendem a disciplina; o método como a docente avalia o aprendizado; a disponibilidade de recursos didáticos do Colégio, dentre outras informações sobre o tema. Assim, com os questionários respondidos, foi possível analisar os respectivos dados.

Ao direcionar o questionário aos discentes, indagava o que a disciplina de História representava para cada um. A maioria respondeu que a História representa um estudo social que traz consigo os fatos (momentos históricos) de uma sociedade em determinado período, levando-os a uma viagem ao passado e a compreensão de certos acontecimentos do presente. O que chamou atenção foi a resposta das discentes⁸ “A” e “B”, as quais responderam que “a disciplina de História não tem importância” pois não teria influência alguma na sua atuação enquanto discente, para possivelmente ter um bom êxito no vestibular, sendo essa disciplina um estudo desnecessário.

Contudo, percebemos que os discentes estão desanimados com a disciplina, pois as respostas foram bastante restritas. Sabemos que muitas vezes esse tipo de pensamento ocorre devido ao modo que o docente transmite o conhecimento, com ênfase a um ensino pautado na decoreba. Já a docente “A⁹”, ao ser questionada a respeito de como os discentes compreendem a disciplina de História, diz que:

⁷ Os questionários foram aplicados no dia 11 de junho de 2014 aos discentes do terceiro ano do Ensino Médio, e à docente regente da disciplina de História destes alunos.

⁸ Tendo em vista preservar a identidade daqueles que responderam aos questionários, denominaremos os discentes por “A”, “B”, “C” e assim por diante.

⁹ Visando preservar a identidade da docente, ela será chamada de “A”.

“Na minha concepção os alunos compreendem um pouco, mas vejo que os objetivos do ensino de História giram em torno da preparação dos mesmos para enfrentar as situações da realidade, e como é importante valorizar o que o aluno já sabe sobre determinado conhecimento prévio que contribuiu para uma aprendizagem melhor. “

A docente se contradiz a respeito da aprendizagem dos discentes que não compreendem totalmente à disciplina de História, desde que esta procura os preparar para enfrentar a realidade, deixa claro que valoriza as experiências vivenciadas por eles, e que estas contribuem para o ensino aprendizagem.

A segunda questão, dirigida à docente a respeito da disponibilidade do colégio em relação a materiais para diversificação das metodologias trabalhadas no dia a dia, teve com resposta que: “Temos muito material didático: os livros, como fontes históricas; mapas; DVDS; Datashow; revistas e laboratório de informática. ” Percebemos que está docente possui bastante material didático para desenvolver um ensino de qualidade.

Esta docente afirma usar metodologias diversificadas e com toda essa quantidade de recursos aqui citados, acredita-se que ela tem condição de realizar aulas dinâmicas, variando, sempre a forma de transmissão dos conteúdos para os discentes. A resposta da docente é contraditória em relação à resposta dos discentes sobre a forma como ocorre o ensino de História, pois, em suas respostas, estes mostram desconhecer essa variedade de opções.

Sobre essa questão, o discente “C” fez a seguinte colocação: “Se eu fosse um professor de História, utilizaria slides e vídeos como forma de aprendizado, coisa que não temos”. Já o discente “D” respondeu: “as aulas deveriam ser divertidas”, sendo necessário o envolvimento do docente com o discente, de forma que haja uma dinâmica com toda a turma. Esse mesmo ponto de vista é evidenciado quando analisamos a fala da discente “E”, a qual afirmou que: “as aulas deveriam ser dinâmicas, planejar viagens e mais seminários e com isso causaria o interesse dos alunos”.

Verificamos então, que se fosse uma disciplina que lhes despertasse gosto, teriam discorrido mais sobre as perguntas, despertando o interesse pela disciplina, fazendo com que as aulas deixassem de ser “chatas”, como o discente “F”, ao afirmar que umas das dificuldades de não entender a matéria são os textos extensos, que causa “preguiça”. Esses fatores podem se relacionar a forma com que a disciplina está sendo aplicada aos discentes, o descaso que o docente faz com aqueles realmente querem aprender. Nesse sentido Carvalho (2011, p.12) pontua que:

“Sobre a metodologia usada nas aulas de História, dando razão aos alunos, enfatiza que a forma aplicada, nos dias de hoje, é repetitiva e é necessário que haja mudança na maneira de pensar o ensino, de modo geral, e o ensino da História, em particular; para que exista estímulo à construção e ao compartilhamento de conteúdo por professores e alunos. “

Com essas colocações percebemos que se deve diversificar o método, no qual deixe de existir essa forma tradicional de ensinar, sendo que cabe ao docente diversificar suas aulas, ter domínio e a criatividade necessária para que a qualidade do ensino seja melhorada.

Em diálogo com a docente após a aplicação dos questionários, ficou claro certa descrença e também o cansaço mental de sua parte. Para Reis (2001 p.91):

“[...] a desvalorização dessa imagem não vem acompanhada somente da deterioração das condições de trabalho salário[...]. Um poderoso discurso veiculado pela mídia e pelas estatísticas oficiais atribui aos professores uma grande carga de responsabilidade pelos índices de evasão e repetência dentro das unidades escolares.”

Percebemos na colocação de Reis (2001) que além da carga horária exercida pelo docente existem outros motivos que também lhes ocasionam o cansaço e descontentamento, pois este profissional além de educador, possui uma grande responsabilidade em construir cidadãos capazes de viver perante a sociedade.

Percebemos que o docente tem o papel de ensinar o discente refletir e buscar novas ideias, além da existência de uma dinâmica e diálogo ambos, trazendo novos materiais didáticos, nos quais o discente deixe de lado o ritmo livresco. De acordo com Reis (2001 p. 40):

“A relação entre professor e aluno foi primordial para que os objetivos fossem alcançados sendo um dos

principais auxiliares do aluno na construção de um conhecimento em que ele e o sujeito ativo em todo o processo a partir de visão crítica do ensino de História e da própria sociedade em que faz parte.”

Nota-se que a relação aluno e professor é algo de suma importância para o processo de ensino se consolidar de fato. O professor de História deve buscar sempre despertar curiosidade, propor desafios e relacionar o passado com o presente, instigando o discente a se sentir parte fundamental da História. Um profissional é sempre capaz de propor uma transformação e traçar pontos fundamentais para que o processo de ensino aprendizagem flua bem.

Quanto à quarta questão direcionada aos discentes, procuraram-se as causas que dificultam a compreensão da disciplina de História. Ao que a discente “G” em sua resposta afirma que se deve: “ter certa aproximação entre o aluno e o professor juntamente com a disposição do professor quer ensinar adequadamente a disciplina”. O sentido de sua resposta foi igual a resposta da discente “H”, que também destacou a dificuldade de sua parte por haver um certo distanciamento dela como a docente.

Verificou-se em sua fala a necessidade de haver uma aproximação entre discente e docente. Neste sentido Rocha (2014, p.08) afirma em sua fala como a interação de discente e docente é fundamental para o ensino e aprendizagem.

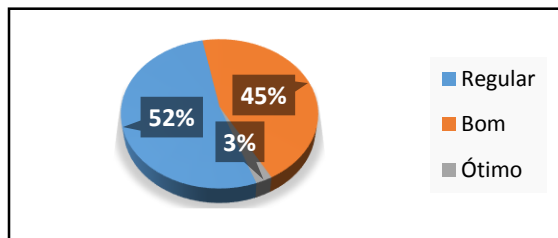
“A aprendizagem é composta de interação, seja entre educador –educando ou educando e meio ambiente, no qual cada uma das partes assume sua posição no

processo, de forma a favorecer assimilação e absorção dos conteúdos. Sendo assim, a presença de pessoas interagindo é fundamental para a concretização do processo ensino aprendizagem. “

Rocha (2014) analisa o docente da atualidade “como mediador do processo ensino aprendizagem”, no qual se torna a figura central desse processo, gerando uma necessidade interacional entre docente e seus discentes, sendo que ao interagir com os discentes, só conhecimento é passado e ambos aprendem.

A quinta questão proposta teve como intuito avaliar o ensino de História na Instituição estudada (GRÁFICO I):

GRÁFICO I: Avaliação do Ensino de História



Fonte: Questionários aplicados aos discentes do terceiro ano do Ensino Médio. Org. LOPES, Igor Gonzaga. FERREIRA, Jéssica Abadia

O questionário foi respondido por 40 (quarenta) discentes, para o qual 21 (vinte e um) consideram o ensino como regular; 18 (dezoito) o analisam como bom e apenas um, o vê como ótimo. Graças aos questionamentos feitos, de

alguma forma notou-se a necessidade de melhorar o ensino, o profissional da educação (professor) pode contar com recursos disponibilizados pela escola, contudo as dificuldades não justificam o tradicionalismo. Deve-se sempre encontrar outras formas que possibilitem um bom desempenho do docente.

Desta forma, o docente deverá despertar no discente a vontade de descobrir novos acontecimentos, novas ideias. Selbach (2010 p.30) ressalta que “um dos fundamentos essenciais de uma aula de História: a motivação”, tornando assim o apetite de aprendizagem do discente.

O docente deve sempre propor perguntas instigantes que causam a curiosidade buscando desafios, ajudando-os a associarem os temas que aprendem em História com o cotidiano vivido. Nesse sentido, Selbach (2010 p.32) pontua que: “Todo desafio de difícil alcance acaba por se tornar desinteressante para o aluno e, dessa forma, cabe ao professor propor problemas de respostas possíveis, pesquisas de alcance viável, proposição compatíveis com soluções que podem ser encontradas”.

A pergunta direcionada a docente “A” para o que poderia ser feito a fim de melhorar o ensino e aprendizagem, de forma que se torne um ensino de qualidade, foi assim comentado: “Considerar maneira como o próprio aluno lida com o processo de aprendizagem através do seu mecanismo mental, em outras palavras, a maneira como o aluno aprende a aprender”.

A resposta acima é digna de análise, haja vista que todo docente deve saber se posicionar em relação ao

desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. A esse respeito, Selbach (2010 p.41) ressalta que “mas ainda evidente e que, como profissional, deve sobrepor interesse, formação e curiosidade específica a uma visão sistemática e abrangente de sua disciplina”, ou seja, ninguém melhor para falar do seu profissionalismo que o próprio professor de História, aquele que nunca deixa de ser pesquisador e um construtor do saber.

Contudo, a análise dos questionários nos dão uma visão realista da efetiva realização do processo ensino e aprendizagem, de modo que as respostas sobre esse mesmo assunto se divergem, entretanto, isso é um fato normal, devido a ser de livre arbítrio para cada discente expor suas opiniões. A partir da análise dos questionários foi possível entender a necessidades de ações que venham a pensar uma nova maneira de se trabalhar o ensino de História no cotidiano da sala de aula.

5 – UM REPENSAR DO ENSINO DE HISTÓRIA A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DE UMA DOCENTE

Primeiramente, se faz necessário esclarecer que a História possui várias dimensões historiográficas, trabalhando com o tempo, espaço e metodologias que fazem parte de estudos relacionados às experiências humanas. Nesse sentido, ao abordar a docente sobre a questão do desinteresse que os discentes da atualidade possuem pela disciplina de História e pela sua experiência enquanto docente, ela relata que: “A História se trata da cultura, da

política e do meio social e retratam corrupções, voto do cabresto, invasões.

O questionamento feito à docente a respeito da utilização de metodologias diversificadas em sala de aula e, também, a verificação se o colégio no qual atua possui material didático, está nos informou que “possuímos sim material didático, mas é preciso conhecer a turma, ver o diferencial e criar uma metodologia capaz de surtir efeito rápido na aprendizagem”. Com isso, se faz possível aguçar a participação dos discentes com métodos diferenciados como, por exemplo, a música em forma de paródias, filmes e seminários. Esta ainda esclareceu que, com a disciplina de História, é possível realizar até mesmo jogos que envolvam a turma.

Em referência à prática dos métodos tradicionais, os quais nem sempre chama a atenção dos discentes está docente assim falou: “a necessidade de criar novos métodos e adequá-los de acordo com os interesses da turma para que aconteça a participação e o entendimento dos alunos”, ela deixou claro que o uso do quadro negro e o giz ainda são fundamentais. Em relação à questão da necessidade da criação de métodos inovadores Bittencourt (2004, p.229) afirma que:

“Outro aspecto a ser levado em conta no processo de renovação é o entendimento de que muito do tradicional deve ser mantido, porque a prática escolar já comprovou que muitos conteúdos e métodos escolares tradicionais são importantes para a formação dos alunos

e não convém serem abolidas ou descartadas em nome do “novo”. “

Verifica-se que a autora deixa em evidência a necessidade de não abolir totalmente alguns aspectos dos considerados métodos tradicionais, os quais de maneira alguma devem ser totalmente abolidos em nome do novo, mas haver uma junção entre o “Velho” e o “Novo”, propiciando assim melhores resultados frente aos discentes.

Ao interrogar para a questão dos pais e docentes, se possuem um bom diálogo com os discentes, a docente respondeu que “sem diálogo e parceria com os pais e discentes, sem isso não existiria sala de aula”. Nesse aspecto, Soares (2010, p.01), enfatiza que “por mais que a família tem inúmeras responsabilidades educacionais sobre a criança há a necessidade da participação dos pais para efetivar esse ensino com qualidade”.

O processo educacional se estende por toda vida, desde o nascimento até a morte, sendo que diferentes tipos de aprendizagem representam uma conquista para o ser humano, não havendo necessidade de acontecer em apenas um determinado local, sendo assim, a educação pode se efetivar por parte dos pais, sendo o professor um complemento fundamental. Portanto, não há necessidade de que a educação aconteça de uma única forma. Mas, é necessário que aconteça a partir da interação dos pais e da comunidade escolar.

A docente citada demonstrou muito afeto e dedicação pelo que fez e faz. Observamos a partir das visitas

na Instituição onde essa docente trabalha que sua atuação é notada por todos da Instituição.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa a respeito do ensino de História contribui de forma gradativa para o processo de formação de professores, pois os mesmos, possuem a oportunidade de refletir sobre suas práticas. A possibilidade do trabalho de campo, acompanhando de perto a realidade da sala de aula, os obstáculos, os pontos positivos e negativos, pode-se afirmar que tais práticas merecem ser refletidos, pois nos possibilitam lidar com os problemas; uma vez que, os obstáculos sempre existirão.

Tornou-se perceptível a distância dos pais da vida escolar de seus filhos. Acredito que, a presença dos mesmos seja de fundamental importância para o compromisso da vida escolar dos alunos, possibilitando exigirem um bom ensino para seus filhos. A tarefa de educar não é só dos professores, a família deve dar seu apoio e contribuição, visando assim, bons resultados.

O diferencial desta pesquisa é a análise do ensino de História, tendo seus pontos positivos e negativos, a partir de dois sujeitos: os docentes e os discentes, mas que busca destacar o papel do educador sendo de suma importância, cabendo ao docente fazer com que os discentes tenham um senso crítico, instigando a pesquisar e buscar sempre por novos conhecimentos. Destaca-se ainda que, ao conhecer as tramas envolvidas no processo de ensino-aprendizagem,

temos a possibilidade de observar e analisar os dramas em consolidar um ensino que realmente ensine.

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia/* Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion (org.). *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

CALDEIRA, Santos; CAVALCANTI, Vanessa. *O ensino de história e as novas perspectivas historiográficas*. Disponível em: http://www.fja.edu.br/proj_acad/praxis/praxis_01/documentos/resenh_a_1.pdf. Acesso em 02 de novembro de 2013.

FONSECA, Selva Guimarães. *Didática e prática de ensino de história: Experiências, reflexões e aprendizados*. 4 ed. São Paulo: Papirus, 2003. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/governo/2009/11/imperio>. Acesso 13 de abril de 2014.

GONDRA, J. G.; SCHUELER, A. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

HOBSBAWM, ERIC J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. São Paulo: ARTMED, 1999.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 2.ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1999.

RIOS, Yara da Costa. *A importância da educação lúdica e dos recursos midiáticos no cotidiano escolar: Um estudo de caso em Pires do Rio-Go*. Pires do Rio. 2008.

ROCHA, Diego Braga de Araújo. *A importância da interação entre Professor e Aluno na Graduação*. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/DiegoRBAraujo/a-importancia-da-interacao-entre-professor-e-aluno-na-graduacao>. Acesso em 31 de agosto 2014.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione. 2004.

_____. Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. *Construindo conceitos no Ensino de História: "A captura Lógica" da Realidade Social*. Revista História & Ensino. Londrina, v.5, p.147-163, out. 1999.

SELBACH, Simone. *História e Didática*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de Civilização*. São Paulo, Editora da UNESP, 1998.

SOARES, Jiane Martins. *Família e escola: Parceiras no processo educacional das crianças* 2010. Disponível em: <http://www.planetaeducacao.com.br/portal/imagens/artigos/educacao/etecnologia/ARTIGO-FAMILIA-ESCOLA-.pdf>. Acesso em 07 de novembro 2014.

TARANTO, Bruno Malheiros. *Metodologia da Pesquisa em Educação*. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (coord.). *Repensando a didática*. 11.ed. Campinas, SP: Papirus, 1996.

VIDAL, Diana Gonçalves. *Escola Nova e processo educativo*. In: LOPES, Eliane Marta, Figueiredo, Luciano e GREIVAS, Cynthia (orgs). *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 3. ed, 2003.